

XII ENCONTRO DA ABET
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO
João Pessoa, de 21 a 23 de setembro de 2011

EMPREGO E DESENVOLVIMENTO NO SUL DO BRASIL¹

Prof. Dr. Francisco E. B. Vargas²

GT 02: Trabalho, Desigualdades e Desenvolvimento

RESUMO: Através do presente artigo, pretende-se analisar o impacto do desenvolvimento capitalista sobre a evolução do emprego. Apresenta-se um breve panorama da situação econômica e social da chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se os municípios de Pelotas e Rio Grande, e analisa-se a evolução dos níveis de emprego formal a partir das fontes administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego. Constata-se, como tem indicado a literatura sociológica, que o desenvolvimento econômico segundo os padrões atuais da acumulação capitalista apresenta baixa capacidade de geração de emprego e, portanto, de distribuição dos resultados desse desenvolvimento. Indica-se, ainda, a necessidade de levar em consideração o papel do Estado na definição do modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, na explicação da geração de empregos, considerando-se, sobretudo, o atual ciclo de crescimento do emprego formal no Brasil.

RÉSUMÉ: Par cet article, on cherche à analyser l'impact du développement capitaliste sur l'évolution de l'emploi. On présente un panorama de la situation économique et sociale de la région sud de l'état de Rio Grande do Sul, en particulier des villes de Pelotas et Rio Grande, en proposant une analyse de l'évolution de l'emploi formel depuis des sources administratives du Ministère de l'Emploi du Brésil. On constate, comme le montre la littérature sociologique, que le développement économique selon le standard actuel de l'accumulation capitaliste, présente une faible capacité à générer des nouveaux emplois et, donc, à distribuer les résultats du développement. On propose, encore, le besoin de prendre en considération le rôle de l'état dans la définition du modèle de développement et, par conséquent, dans l'explication de l'expansion de s niveaux de l'emploi. Dans ce cas, il faut considérer, surtout, l'actuel cycle de croissance économique de l'emploi formel au Brésil.

ABSTRACT: Through this article we seek to analyse the impact of capitalist development on employment trends. We present a brief overview of the economic and social situation of the so-called Zona Sul in the State Rio Grande do Sul, municipality of Pelotas and Rio Grande, and the evolution of formal employment levels from administrative sources of the Ministry of employment. There is, as has indicated the

¹ A pesquisa na qual se baseia este artigo tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Os resultados da pesquisa aqui apresentados têm a colaboração da acadêmica Kamila Lima do Nascimento, estudante do Curso de Ciências Sociais da UFPel e Bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS.

² Doutor em Sociologia, professor do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, integrante do Grupo de Pesquisa “Transformações do Mundo do Trabalho”. E-mail para contato: fvargas@via-rs.net.

sociological literature, that economic development under current standards of capitalist accumulation has low employment generation capacity and therefore distribution of the results of this development. It indicates the need to take into consideration the role of the State in defining the development model and, consequently, in the explanation of the generation of employment, in particular, the current cycle for formal employment growth in Brazil.

1. Introdução: a formulação do problema

Através do presente artigo, pretende-se discutir o problema do desenvolvimento da Zona Sul³ do Estado do Rio Grande do Sul à luz dos dilemas enfrentados por essa região no que diz respeito à questão do emprego e do mercado de trabalho local. Além de apresentar um breve panorama da situação econômica e social desta região, analisando-se vários indicadores econômicos e sociais, pretende-se avaliar os impactos da dinâmica recente de desenvolvimento sobre os níveis de emprego, comparando esses efeitos com a dinâmica mais geral do emprego no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

Neste contexto, pode-se identificar, em nível local, um projeto hegemônico de desenvolvimento através do qual se constata não apenas certo atraso desta região⁴, mas que procura identificar as condições necessárias para tirá-la de sua condição econômica e social desfavorável. Neste projeto, enfatiza-se a necessidade de atrair investimentos externos, sobretudo de investimentos privados, considerados essenciais para arrancar a região de sua situação de estagnação. A questão do emprego ocupa um lugar estratégico na constituição do “discurso” justificador desse projeto. A atração de investimentos não só alavancaria a retomada do desenvolvimento da região, mas proporcionaria a geração dos empregos necessários para dinamizar ainda mais a economia local e superar seu atraso “social”. Neste sentido, o emprego constitui um importante eixo de justificação desse projeto hegemônico, na medida em que, através deste projeto, torna-se possível a integração da população e dos trabalhadores da região ao desenvolvimento. A geração de emprego e a possibilidade de distribuir o desenvolvimento para amplas parcelas da população constitui, pois, um dos núcleos centrais de sustentação ideológica desse projeto hegemônico de desenvolvimento.

Dado esse cenário, indaga-se em que medida esse projeto é realista em relação às transformações efetivas em curso na região e na sociedade brasileira. O desenvolvimento recente tem sido capaz de provocar uma dinâmica de desenvolvimento positiva em relação à geração de emprego tanto na região em questão como no Estado do Rio Grande do Sul e no país?

Metodologicamente, pretende-se, inicialmente, apresentar um conjunto de indicadores econômicos e sociais capazes de proporcionar um diagnóstico mais ou menos aproximado das condições de desenvolvimento da chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. A seguir, apresenta-se um conjunto de dados sobre a evolução do emprego formal na Zona Sul e nas duas principais cidades dessa região, Pelotas e Rio Grande. Propõe-se, ainda, comparar a dinâmica do emprego nestas cidades com aquela observada no Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para este fim, utiliza-se a base

³ A chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é formada por 22 municípios do extremo sul do Estado, tendo os municípios de Pelotas e Rio Grande como os principais pólos regionais.

⁴ Sobretudo em relação à região metropolitana de Porto Alegre e às regiões do Vale dos Sinos e da Serra Gaúcha.

de dados do Ministério do Trabalho e Emprego relativa à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, no período de 1985 a 2009.

Inicialmente, propõe-se a hipótese de que as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, cristalizando a constituição de um novo paradigma produtivo, marcado por um processo acelerado de globalização, pela idéia de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho e por uma racionalidade econômica alicerçada na economia de recursos (e de trabalho) não só pela introdução de inovações tecnológicas, mas também por intensas inovações organizacionais igualmente poupadoras de força de trabalho, acentuaria a consolidação de um desenvolvimento cada vez mais intensivo em capital e conhecimento e que tenderia a gerar cada vez menos empregos em relação ao volume de recursos investidos. Deste modo, esse padrão de desenvolvimento teria um baixo impacto na geração de empregos, minimizando os possíveis efeitos benéficos do recente projeto hegemônico de desenvolvimento que procura alavancar economicamente a Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os investimentos observados na região seriam, pois, incapazes, de tirá-la de sua situação crônica de defasagem, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho local. Neste panorama, as desigualdades sociais tenderiam a aumentar na medida em que, para além dos trabalhadores efetivamente integrados a esse desenvolvimento, se manteria uma classe de trabalhadores periféricos, pouco ou não integrados, vivendo das sobras desse sistema.

Apresenta-se, a seguir, algumas contribuições teóricas do campo da sociologia do trabalho a fim de analisar com mais profundidade a relação entre desenvolvimento capitalista e geração de empregos. Pretende-se, a partir dessa reflexão teórica, elaborar um quadro teórico mais preciso sobre as tendências da evolução do emprego nas sociedades contemporâneas, no Brasil e na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Desenvolvimento capitalista e emprego no debate teórico

Não é novidade afirmar que a dinâmica de acumulação capitalista implica uma crescente elevação da produtividade do trabalho e uma possível substituição dos trabalhadores por máquinas. De fato, existe hoje uma espécie de senso comum que utiliza esse argumento para sustentar que o desemprego é inevitável no mundo capitalista. No plano teórico, essa idéia adquiriu forma nas recentes teses que sustentaram a idéia do fim do trabalho nas sociedades contemporâneas (Rifkin, 1997). O argumento central dessa tese, no entanto, não tem encontrado ampla sustentação na literatura científica.

Marx (1983) é um dos primeiros autores a propor uma explicação sociologicamente fundamentada para esse processo de expansão capitalista. Assim, a busca de lucros cada vez mais elevados e os limites sociais e legais impostos à exploração do trabalho levariam os capitalistas a incrementarem o que o autor chama de “mais-valia relativa”, isto é, a elevar a produtividade do trabalho, sobretudo através da incorporação de inovações tecnológicas. Segundo este autor, tal fenômeno acarretaria uma mudança da composição orgânica do capital. A proporção do capital invertida em instalações, equipamentos, tecnologias, enfim, naquilo que o autor chama de “capital constante” (cc), aumentaria em relação ao “capital variável” (cv), isto é, o capital invertido em pagamento dos salários dos trabalhadores. Para Marx, essa é uma lei geral da acumulação capitalista: o capital constante cresce em termos absolutos e relativos na composição do capital. A parte do capital investida na contratação de trabalhadores

decrece proporcionalmente, implicando, pois, uma crescente elevação da produtividade do trabalho. O capital é capaz de produzir cada vez mais com menos trabalho.

A partir da apresentação e da análise dessa lei geral da acumulação capitalista, Marx analisa as conseqüências desse processo para a classe trabalhadora, propondo o conceito de “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” para mostrar a formação de excedentes não absorvidos pelo capital, mas que constituirão uma “reserva de trabalho” necessária aos momentos de expansão do ciclo produtivo. São essas idéias de Marx que constituirão a base de certo senso comum que mostra o desemprego como efeito mecânico e direto do processo de expansão capitalista.

O próprio Marx, no entanto, relativiza esse efeito “perverso” da acumulação capitalista para a classe trabalhadora. Ora, só haverá desemprego se a elevação da produtividade não for acompanhada de um processo paralelo de expansão da produção e do consumo. Ainda que no âmbito de uma empresa ou região o desemprego ocorra, decorrente de inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho, em escala social mais ampla o volume de trabalho pode se manter, tendo em vista a ampliação de novos mercados consumidores e a formação de novas atividades econômicas e novas áreas de expansão do capital. Este último aspecto é a chamada destruição criativa (Schumpeter, 1961), através da qual a perda de postos de trabalho em alguns setores pode ser compensada pela geração de empregos em novas atividades econômicas. Nesse sentido, o volume global de emprego pode se manter ou mesmo se elevar, mesmo existindo determinados focos de desemprego. Evidentemente que os efeitos desse processo sobre os trabalhadores afetados pela “economia de trabalho” são bastante danosos. Dificilmente, esses trabalhadores conseguem acompanhar essas mudanças e se manterem qualificados e “empregáveis” para o capital.

O próprio Marx reconhece que um processo generalizado de expansão capitalista, mesmo elevando a produtividade do trabalho e reduzindo sua participação relativa no conjunto do capital, pode ser acompanhado de um correspondente aumento dos níveis gerais de emprego. Para isto, basta que a produção e distribuição do volume geral de mercadorias e que o próprio consumo aumentem. Ora, isso é de fato o que ocorre com o processo de expansão capitalista no mundo contemporâneo. A forte elevação da produtividade do trabalho industrial provocou, por exemplo, a expansão do trabalho em serviços, isto é, todas aquelas formas de trabalho necessárias à gestão e administração do próprio capitalismo e de suas formas de regulação. É neste sentido que as teorias da sociedade pós-industrial vão sugerir que novas formas de trabalho, mais intelectuais e supostamente mais qualificadas, vão surgir no capitalismo contemporâneo, em sua fase monopolista, marcada pela consolidação das grandes empresas transnacionais. Ao incorporarem mais conhecimentos científicos e tecnológicos, essas novas formas de trabalho em serviços e profissionalizadas passam a exigir do trabalhador mais escolaridade e qualificação (Bell, 1977). Essa tese, no entanto, é fortemente criticada por autores como Braverman (1987), segundo o qual esses trabalhadores de colarinho branco (administração, burocracias, etc.) estão submetidos a condições de trabalho taylorizadas e, por vezes, ainda mais degradantes que aquelas dos operários industriais (Bell, 1977).

Mas, se a expansão capitalista torna possível a correspondente expansão dos níveis de emprego, mesmo ocorrendo situações localizadas de desemprego, qual é a base de sustentação das teorias do fim do trabalho?

Para responder a essa questão é necessário retomar o debate teórico sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e a emergência do novo paradigma produtivo. A literatura a esse respeito sugere que no bojo dessas transformações está em foco uma crise capitalista de grande envergadura (Harvey, 1989). A redução das taxas

de lucro das grandes empresas e a intensificação da concorrência intercapitalista estariam na base de uma crise de superprodução. Se, por um lado, a financeirização do capital pode ser identificada como uma das tendências e reações a essa crise, por outro, ela gerou um processo bastante profundo de reestruturação. Neste contexto, não se altera apenas o que Harvey, referindo-se à escola da regulação, chama de “regime de acumulação”, com a emergência das novas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Altera-se, também, o “modo de regulação” predominante nas sociedades capitalistas contemporâneas, passando-se do modelo de um estado intervencionista e promotor do bem estar social, que institui direitos sociais e econômicos e protege a classe trabalhadora, a outro modelo de estado mínimo, agora promotor de um amplo processo de liberalização econômica, isto é, de desregulamentação das relações econômicas e das relações de trabalho a partir de uma estratégia de ampliação das liberdades mercantis. Do ponto de vista do regime de acumulação, altera-se profundamente o modo de organização e gestão da produção tipicamente taylorista e fordista do período anterior. O modelo rígido e burocratizado das grandes empresas, da extrema parcelização do trabalho, da produção em massa de produtos homogêneos, da extrema centralização e verticalização dos processos organizacionais cede lugar a um paradigma marcado pela idéia de flexibilidade, de descentralização, da polivalência no trabalho, do envolvimento subjetivo e da participação dos trabalhadores, da produção enxuta em pequenos lotes, organizada a partir da demanda e do consumo. A mundialização acelerada do mercado, a organização da produção em redes de empresas e as estratégias de subcontratação tornam-se elementos centrais de organização da produção capitalista, assim como a introdução das inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica. Todas essas mudanças alteram não só o modelo de empresa capitalista dominante, mas o modelo de trabalhador requisitado pelo capital. Se, por um lado, exige-se mais desse trabalhador em termos de envolvimento subjetivo e de formação e familiarização com as tecnologias informacionais, por outro, multiplicam-se as formas de contratação denominadas “atípicas” pela literatura, implicando uma maior instabilidade, rotatividade e precariedade de uma ampla parcela dos trabalhadores integrados ao circuito da acumulação do capital.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essas transformações consolidam o que Gorz (1991) chama de um modelo cada vez mais dual de trabalho e de sociedade. De um lado, uma parcela cada vez menor de trabalhadores estáveis, integrados, recebendo bons salários, gozando de direitos. De outro, uma parcela cada vez maior de trabalhadores instáveis e precários, sem ou com poucas garantias legais, sem perspectiva de carreira, oscilando de um emprego a outro em suas trajetórias descontínuas e incertas⁵. A esse quadro poderíamos acrescentar aqueles trabalhadores periféricos ou mesmo excluídos do ciclo de produção, distribuição e acumulação de capital. Muitos destes trabalhadores constituem o que Nun (2000) chama de “massa marginal”. Esta é formada por aqueles trabalhadores que sequer podem constituir uma “reserva de trabalho” para o capital, pois não só são numerosos demais, o que torna impossível absorvê-los segundo os atuais padrões de produtividade do trabalho, como não possuem as competências e qualificações necessárias para integrar o mundo do trabalho capitalista, a não ser em suas formas marginais e periféricas. Para Nun, boa parte destes trabalhadores latinoamericanos não têm mais função para o capital e sua única alternativa são as formas de trabalho não capitalistas ou aquelas meramente periféricas.

⁵ Segundo Castel (2001), esses trabalhadores precarizados são tornados vulneráveis por um processo de “desfiliação” provocado pela fragilização da relação salarial.

Portanto, as transformações recentes no mundo do trabalho indicam que, na tentativa de escapar à crise e de incrementar a acumulação, o capitalismo provocou uma enorme elevação da produtividade do trabalho tanto em decorrência das inovações tecnológicas (informática, microeletrônica) como das inovações organizacionais, constituindo, além do mais, novos modelos de relações de trabalho, baseados na flexibilidade e na desregulamentação. Com isso, não foram só os níveis gerais de desemprego que aumentaram nas últimas décadas, mas o problema da precariedade do trabalho decorrente desses novos padrões flexíveis de contratação e gestão do trabalho.

Neste sentido, pode-se sugerir a hipótese de que um modelo de desenvolvimento baseado na expansão capitalista segundo seus padrões contemporâneos, mesmo capaz de atrair investimentos públicos e privados, apresenta evidentes limites em sua capacidade de gerar empregos e, conseqüentemente, distribuir a renda e seus possíveis benefícios. Os empregos gerados, por outro lado, mesmo em pequeno número, padeceriam de condições precárias inerentes ao modelo flexível de contratação e gestão do trabalho. Além disso, boa parte desses empregos tornar-se-iam inacessíveis à maior parte da população que não possui os requisitos cada vez mais seletivos das empresas. O modelo de desenvolvimento hegemônico mostrar-se-ia, pois, profundamente, seletivo e excludente.

3. Os dilemas no desenvolvimento da Zona Sul do Estado do RS

A denominada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é formada por 22 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul, o COREDE-Sul. Esta região conta com uma população de mais de 800.000 habitantes, possui uma taxa média de urbanização de 80% e, em 2006, contava com um PIB de R\$ 8.961.778,00. Apesar de ser, dentre os Coredes, o quarto maior PIB do Estado do Rio Grande do Sul, sua participação no produto total é de apenas 6%. Os três Coredes com os maiores PIB representam, juntos, 54,4% da economia gaúcha. Tal dado revela uma grande concentração do crescimento econômico na região metropolitana de Porto Alegre e na região da Serra gaúcha. Se analisarmos os dados referentes ao PIB per capita, essas desigualdades regionais podem ser mais uma vez confirmadas. Em 2006, o PIB per capita da região do Corede-Sul era de apenas R\$ 10.182,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul que era, nesse mesmo ano, de R\$ 14.310,00. Trata-se da 17ª posição dentre os 28 Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. O Corede Serra apresentava uma renda per capita de R\$ 19.681,00, o que mostra mais uma vez as fortes desigualdades regionais.

Quando se analisa a evolução do PIB municipal total (nominal⁶) e per capita dos municípios de Pelotas e Rio Grande, observa-se uma importante diferença de desempenho. Ao longo do período investigado, de 1999 a 2008, o crescimento do PIB total e do PIB per capita de Pelotas esteve sempre abaixo da média do Estado do Rio Grande do Sul. O PIB total de Pelotas cresceu 110,9% no período e o PIB per capita cresceu 97,2%. Ao contrário, o crescimento desses indicadores no município de Rio Grande esteve sempre acima da média do Estado. O PIB total cresceu 239,4%, enquanto o PIB per capita cresceu 221,6%.

Levando-se em consideração a evolução da participação dos PIB destes municípios no PIB do Rio Grande do Sul, pode-se constatar a mesma tendência.

⁶ Trata-se da evolução nominal do PIB, isto é, este valor é apresentado a preços correntes dos respectivos anos, não se levando em consideração a inflação do período. É preciso deflacionar estes valores para se obter o crescimento real.

Enquanto o município de Pelotas decresce sua participação no PIB do Estado, passando de 2,28%, em 1999, para 1,78%, em 2008, o município de Rio Grande cresce sua participação, passando de 2,15% para 2,71%, nos respectivos anos.

A evolução da razão do PIB total e per capita desses dois municípios, mais uma vez, revela as diferentes tendências das economias locais. Em 1999, o PIB total de Pelotas era maior que o de Rio Grande, numa razão de 1,06. No entanto, nesse mesmo ano, o PIB per capita de Rio Grande já era bem maior que o de Pelotas. Este último representava apenas 61% daquele. Em 2008, essas distâncias aumentaram. O PIB total de Pelotas não só já era menor que o de Rio Grande como representava apenas 66% daquele. A diferença de PIB per capita tornou-se abismal. O PIB per capita de Pelotas passou a representar, em 2008, apenas 38% do PIB de Rio Grande.

Esse conjunto de dados dá indica claramente as diferenças de desenvolvimento econômico dos dois municípios no período recente, mostrando, principalmente, o impacto econômico positivo da indústria naval em Rio Grande.

Tabela 1 – Evolução do PIB total nominal e do PIB per capita no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas e no município de Rio Grande, 1999, 2002 e 2008.

	1999	2002	2008	Cresc. (%)
RS				
PIB total (R\$ mil)	74.015.782	105.486.816	199.499.011	169,5
PIB per capita (R\$)	7.299	10.057	18.378	151,8
Pelotas				
PIB total (R\$ mil)	1.689.770	2.049.503	3.564.296	110,9
PIB per capita (R\$)	5.268	6.199	10.386	97,2
% RS	2,28	1,94	1,78	- 22,0
Rio Grande				
PIB total (R\$ mil)	1.591.786	2.552.033	5.402.761	239,4
PIB per capita (R\$)	8.590	13.389	27.624	221,6
% RS	2,15	2,42	2,71	26,0
Pelotas/Rio Grande PIB total	1,06	0,80	0,66	- 37,7
Pelotas/Rio Grande PIB per capita	0,61	0,46	0,38	- 37,7

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS, FEE.

A partir desses dados, pode-se indagar em que medida o desenvolvimento econômico desses dois municípios pode impactar a evolução do emprego e o mercado de trabalho local. Antes, porém, de analisar a evolução do emprego formal nessa região, é importante observar que as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul são igualmente observadas quando se analisa alguns indicadores de desenvolvimento humano, como o IDESE⁷, por exemplo. No período de 2000 a 2006, estes índices do Corede-Sul eram mais baixos que os índices médios do Estado e muito mais baixos que aqueles dos Coredes que apresentavam os indicadores mais elevados de

⁷ Índice de desenvolvimento similar ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da Organização das Nações Unidas, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e composto por quatro subíndices: Renda, Educação, Saúde e Saneamento e Habitação. Para maiores detalhes acessar o portal da FEE: www.fee.org.br.

desenvolvimento humano⁸. Tomando-se, ainda, outro importante indicador social para identificar a situação da região - o índice de pobreza – pode-se constatar, mais uma vez, uma importante defasagem desta região em relação à média do Estado. Enquanto que na Zona Sul o índice de pobreza era de 25,9%, em 2000, no Rio Grande do Sul esse índice era, em média, de 19,7%.

Portanto, a idéia de atraso e defasagem econômica e social da região é, por um lado, fortemente corroborada por esse conjunto de dados que mostram, por outro, a situação peculiar do município de Rio Grande no período recente.

Em parte, esta realidade do conjunto da região pode ser explicada pelo modelo de desenvolvimento implementado nessa região ao longo do processo de expansão do capitalismo industrial brasileiro. Se no eixo da região metropolitana de Porto Alegre e Serra Gaúcha efetivou-se uma expansão capitalista mais dinâmica, fortemente alicerçada em grandes, médias e pequenas empresas com perfis mais diversificados e capazes de produzir mais e distribuir melhor os produtos do desenvolvimento, tal fato não ocorreu na Zona Sul do Estado. Nessa região, um desenvolvimento capitalista baseado em pequenas e médias empresas tradicionais vinculadas ao setor agroindustrial (Vargas, 1994) gerou um modelo de expansão econômica mais restrita e desigual, lançando as bases, também, de um processo de urbanização acelerado, de fluxo intenso do campo para a cidade, gerador de oportunidades ocupacionais precárias e instáveis aos trabalhadores. Neste sentido, esse desenvolvimento está também na base da formação de um importante cinturão de pobreza em Pelotas, que concentrou boa parte da expansão industrial da região.

As transformações econômicas a partir dos anos noventa, em um contexto de crise econômica e reestruturação produtiva, aprofundaram os problemas econômicos e sociais da região, na medida em que muitas empresas fecharam suas portas ou deslocaram suas atividades para outras regiões. O saldo dessas transformações foi uma imensa “dívida social”, expressa nos indicadores sociais da região, e na emergência de uma “questão social” tentando identificar as possíveis alternativas de desenvolvimento da região. Mais recentemente, uma série de projetos econômicos foram implantados na região, destacando-se o pólo naval de Rio Grande, constituindo-se ali, a partir dos investimentos promovidos pelo governo brasileiro através da PETROBRAS, uma importante base industrial destinada à construção de navios e plataformas petrolíferas.

4. A evolução do emprego: considerações metodológicas

Neste estudo, procura-se analisar os dados referentes à evolução do emprego formal nos municípios de Pelotas e Rio Grande em comparação com o desempenho apresentado pelo COREDE-Sul, assim como pelo estado do Rio Grande do Sul e pelo país. Utiliza-se a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais especificamente os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referentes ao período entre 1985 a 2009. Trata-se, pois, da evolução do emprego formal,

⁸ Quando se analisa a situação da Zona Sul a partir do IDESE, observa-se que as disparidades regionais persistem e que há certa defasagem dessa região em relação à situação do Estado como um todo. No período entre 2000 e 2006, o IDESE da região do COREDE-Sul passou de 0,733 para 0,737, o que representa um crescimento de 0,5%. Apesar da variação positiva, esse índice está abaixo daquele apresentado pelo conjunto do Estado que passou de 0,752, em 2000, para 0,763, em 2006. Além disso, a variação do crescimento desse índice no Rio Grande do Sul, de 1,5%, também é superior àquela da região do Corede-Sul.

registrado, constituindo-se, este, em um importante indicador da evolução do trabalho organizado e protegido no Brasil. Analisa-se, ainda, a evolução do emprego em três subperíodos distintos: de 1985 a 1989, de 1990 a 1998 e de 1999 a 2009. Pretende-se, com isso, captar os diferentes movimentos do emprego nas diversas conjunturas econômicas vividas pela sociedade brasileira neste longo período de 25 anos. Essas conjunturas podem ser identificadas, *grosso modo*, pela instabilidade (anos 80), pela crise e desestruturação (anos 90) e pelo crescimento (período recente). Vale ressaltar que a RAIS é uma base de dados administrativa, instituída pelo governo brasileiro e controlada e gerida pelo Ministério do Trabalho em 1975. Essa base de dados, bem como o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED, tem por objetivos principais suprir às necessidades de controle da atividade trabalhista no país e ao provimento de dados para elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações de mercado de trabalho às entidades governamentais.

5. A evolução do emprego na Zona Sul no período de 1985 a 2009

Segundo dados do MTE/RAIS, Pelotas contava com 56.881 empregos formais em 1985, passando a 65.068 em 2009. Neste período de 25 anos, houve um incremento de 8.187 novos empregos, o que representa um crescimento relativo de 14,39%, com uma média anual de 0,58%. O ano de maior crescimento deu-se em 1986 quando o número de empregos cresceu 10,83% em termos relativos ou 6.162 novas vagas em relação ao ano anterior. Já o pior desempenho apresentado ao longo desse período foi em 1990 quando a perda no número de postos de trabalho foi de 9,68% ou 6.383 vagas. Em termos de participação no emprego, em 1985, Pelotas representava 50,74% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 3,53% em relação ao Estado. Já em 2009, essa participação cai para 46,88% e 2,50%, respectivamente.

Ainda de acordo com os dados do MTE/RAIS, o município de Rio Grande contava com 35.314 empregos formais em 1985, passando a 37.303 em 2009, um incremento de apenas 1.989 empregos, o que representa um crescimento relativo de 5,63%, com uma média de crescimento anual de 0,23%, menos da metade da média anual no município de Pelotas e muito abaixo da média estadual e nacional. Dentro desse período, Rio Grande apresentou seu pior desempenho em 1996 quando o número de empregos caiu 13,71%, tendo o município perdido 4.087 postos de trabalho. Já seu melhor desempenho ocorreu em 2001, quando o número de vagas subiu 17,49% com 4.831 novos empregos criados. Em termos de participação, em 1985, Rio Grande representava 31,50% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,19% em relação ao Estado. Já em 2009, esse número cai para 26,88% e 1,43% respectivamente.

No mesmo período (1985-2009), a região do COREDE-Sul cresceu 23,8% em termos relativos, criando 26.688 novos empregos, com um crescimento médio anual de 0,95%, ou seja, quase o dobro do crescimento anual de Pelotas. Esta região também apresentou seu melhor desempenho em 1986 quando o número de empregos subiu 9,96%, com 11.088 novas vagas. O pior desempenho do COREDE-Sul também acontece em 1990, com o número de empregos chegando a cair 10,71%, uma perda de 9.427 postos de trabalho.

O Estado do Rio Grande do Sul também apresentou um desempenho melhor que Pelotas e mais de duas vezes maior que o COREDE-Sul, com um crescimento relativo no número de empregos de 61,60%, o que em números absolutos representa 992.018 novos postos de trabalho e crescimento médio 2,46% ao ano. Durante esse período, o Estado teve seu melhor desempenho em 1986 com um resultado positivo de 7,52% ou

121.084 novos empregos. Seu pior momento foi em 1990 com resultado negativo de 5,88% ou uma perda 110.561 empregos.

No Brasil, entre 1985 e 2009, o número de empregos mais que dobrou, apresentando aumento de 101,09%, ou um crescimento médio anual de 4,04% que, em termos absolutos, representa 20.715.415 novos empregos criados. O ano que apresenta maior crescimento foi em 1986 com um resultado positivo 8,16%, ou seja, 1.672.175 novos postos criados. Já em 1990 também se observa a maior queda com perda de 5,26% no número de empregos ou 1.287.912 vagas perdidas.

Apesar do desempenho bem superior do Rio Grande do Sul em relação aos municípios de Pelotas e Rio Grande, assim como em relação ao COREDE-Sul, o incremento de empregos do Estado foi menor que o desempenho nacional do mesmo período. Em 1985, por exemplo, a participação do RS em relação ao número de empregos formais nacional foi de 7,86%. Já em 2009, essa participação cai para 6,32%.

Tabela 2 – Variação do crescimento do emprego em números absolutos e relativos no Brasil, Rio Grande do Sul, Zona Sul, Pelotas e Rio Grande, no período de 1985 a 2009 e subperíodos.

UF	Período	1985-2009	1985 - 1989	1990-1998	1999-2009
Brasil	nº absolutos	20.715.415	3.994.437	1.202.979	16.214.281
	var. relativa (%)	101,09%	19,49%	5,57%	64,87%
	var. rel. anual(%)	4,04%	3,90%	0,70%	6,48%
RS	nº absolutos	992.018	269.235	15.327	787.091
	var. relativa (%)	61,60%	16,72%	0,86%	43,36%
	var. rel. anual(%)	2,46%	3,34%	0,11%	4,34%
COREDE-Sul	nº absolutos	26.688	17.097	-20.961	34.811
	var. relativa (%)	23,80%	15,24%	-17,49%	33,48%
	var. rel. anual(%)	0,95%	3,04%	-2,19%	3,35%
Pelotas	nº absolutos	8.187	9.089,00	-15.500	17.902
	var. relativa (%)	14,39%	15,98%	-26,01%	37,95%
	var. rel. anual(%)	0,57%	3,20%	-3,25%	3,79%
Rio Grande	nº absolutos	1.989	1.619	-8.834	10.039
	var. relativa (%)	5,63%	4,58%	-24,67%	36,82%
	var. rel. anual(%)	0,22%	0,92%	-3,08%	3,68%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Tabela 3 – Evolução da participação no emprego de Pelotas e Rio Grande em relação ao Corede-Sul e ao Estado do RS, 1985 – 2009.

		Pelotas	Rio Grande
Corede-Sul	1985	50,74	31,50
	1989	51,06	28,58
	1990	49,75	29,89
	1998	44,61	27,29
	1999	45,36	26,22
	2009	46,88	26,88
Estado do RS	1985	3,53	2,19
	1989	3,51	1,97
	1990	3,37	2,02
	1998	2,47	1,51
	1999	2,60	1,50
	2009	2,50	1,43

Tabela 4 – Evolução da participação no emprego do Corede-Sul e do Estado do RS em relação ao Brasil, 1985 – 2009.

		Corede-Sul	Estado do RS
Estado do RS	1985	6,96	-
	1989	6,87	-
	1990	6,77	-
	1998	5,54	-
	1999	5,73	-
	2009	5,33	-
Brasil	1985	0,55	7,86
	1989	0,53	7,68
	1990	0,52	7,63
	1998	0,40	7,29
	1999	0,42	7,26
	2009	0,34	6,32

6. A evolução do emprego no período de 1985 a 1989

Entre 1985 e 1989, Pelotas e Rio Grande apresentam forte instabilidade na manutenção dos níveis de empregos, com altas e baixas significativas.

Neste período, o município de Pelotas acumulou um crescimento relativo de 15,98%, com uma média anual de 3,20%, mesmo ocorrendo uma forte queda do emprego em 1988, na ordem de 9,41%. O saldo absoluto deste sub-período foi de 9.089 novos empregos formais.

O município de Rio Grande apresentou desempenho inferior no mesmo período, crescendo apenas 4,58%, menos de um terço do desempenho de Pelotas, com um crescimento médio anual de 0,92% e gerando um saldo positivo de 1.619 novos postos de trabalho.

O COREDE-Sul juntamente com o Estado e o país também obtiveram desempenho positivo no mesmo período, com um crescimento relativo acumulado do emprego formal na ordem de 15,24%, 16,72% e 19,49% respectivamente.

Em termos de participação, em 1985, Pelotas detinha 50,74% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 3,53% em relação ao Estado. Já em 1989, esse número sofre um incremento leve indo para 51,06% no âmbito da Zona Sul e um pequeno decréscimo para o conjunto do Estado caindo para 3,51%. Já Rio Grande

detinha, em 1985, uma participação de 31,50% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,19% em relação ao Estado. Em 1989, essa participação caiu para 28,58% e 1,97%, respectivamente.

A região do COREDE-Sul que, em 1985, detinha 6,96% do total de empregos do Estado passou a representar 6,87% em 1989. Neste mesmo período, o incremento de empregos do Estado do RS foi superior a Pelotas, Rio Grande e Zona Sul, mas foi inferior ao desempenho nacional do mesmo período. Em 1985, a participação do RS em relação ao número de empregos formais nacional foi de 7,86%, já em 1989 esse número caiu para 7,68%.

7. A evolução do emprego no período de 1990 a 1998

O período de 1990 a 1998 é marcado por sucessivas perdas de postos de trabalho no setor formal. Em Pelotas, somente nos anos de 1991 e 1992 observa-se variação positiva nos índices de emprego, de 6,85% e 3,73%, respectivamente. A variação nesses oito anos teve uma queda de 26,01%, ou seja, uma perda média de 3,25% ao ano. No conjunto do período, houve um saldo negativo de 15.500 postos de trabalho. Rio Grande apresentou um recuo proporcionalmente menor, perdendo 8.834 postos de trabalho, ou queda 24,67% no conjunto do período, o que representa uma variação média anual de -3,08%.

O COREDE-Sul também sofreu queda no mesmo período, acumulando um desempenho negativo de 17,49% ou 20.961 empregos perdidos. Já o Estado apresentou um crescimento tímido, porém positivo, de 0,86% no acumulado do período. A nível nacional, o país cresceu 5,57%, com um acréscimo de 1.202.979 postos de trabalho.

Em termos de participação, em 1990, Pelotas detinha 49,75% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 3,37% em relação ao Estado. Já em 1998, essa participação caiu para 44,61% e 2,47%, respectivamente. Já Rio Grande detinha, em 1990, 29,89% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,02% em relação ao Estado. Em 1998, essa participação caiu para 27,29% e 1,51%, respectivamente.

A região do COREDE-Sul que, em 1990, detinha 6,77% do número de empregos do Estado passou a representar 5,54% em 1998. Apesar do desempenho bem superior do Rio Grande do Sul em relação aos municípios de Pelotas e Rio Grande assim como em relação ao COREDE-Sul, o incremento de empregos do Estado foi menor que o desempenho nacional do mesmo período. Em 1990, a participação do RS em relação ao número de empregos formais nacional foi de 7,63%, já em 1998 esse número caiu para 7,29%.

8. A evolução do emprego no período de 1999 a 2009

No período de 1999 a 2009, observa-se uma recuperação e expansão dos postos formais de trabalho em Pelotas e Rio Grande, bem como no COREDE-SUL, Estado e no país.

Em Pelotas, o crescimento acumulado no período foi de 37,95%, o que em valores absolutos representa um incremento de 17.902 novos postos de trabalho e um crescimento médio anual de 3,79%. Rio Grande teve um desempenho similar e acumulou, ao longo do período, um crescimento de 36,82%, ou seja, 10.039 novos empregos foram criados, com um crescimento médio anual de 3,68%.

Os níveis de emprego formal também cresceram fortemente na região do COREDE-Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. No COREDE-Sul, o crescimento foi de 33,48%, isto é, 34.811 novos empregos foram gerados. O crescimento no Estado foi ainda maior, de 43,36% ou 787.091 novos postos de trabalho. O crescimento do emprego no país chegou a 64,87% nesse período, sendo gerados 16.214.281 de novos empregos.

Em termos de participação, em 1999, Pelotas detinha 45,36% do número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,60% do Estado do RS. Em 2009, essa participação cresce para 46,88% na região do COREDE-Sul e cai para 2,50% em relação ao Estado.

Rio Grande, por sua vez, em 1999, detinha 26,22% dos empregos formais do COREDE-Sul e 1,50% do Estado do RS. Em 2009, essa participação cresce para 26,88% na região do COREDE-Sul e cai para 1,43% no conjunto do Estado. A região do COREDE-Sul que, em 1999, detinha 5,73% do número de empregos do Estado do RS passou a representar 5,33% em 2009.

Apesar do significativo crescimento econômico do município de Rio Grande, que apresentou forte incremento do produto interno bruto no período recente, o desempenho correspondente em termos de emprego mostra-se muito baixo, inferior mesmo àquele observado em Pelotas.

Vale ressaltar, ainda, que apesar do desempenho do Estado do Rio Grande do Sul ter sido superior em relação ao dos municípios de Pelotas e Rio Grande assim como em relação ao COREDE-Sul, o incremento de empregos do Estado foi menor que o desempenho nacional do mesmo período. Em 1999, o RS detinha 7,26% dos empregos formais do país. Em 2009, essa participação cai para 6,32%.

9. Conclusões

Os dados até aqui analisados mostram que a dinâmica do emprego na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul mostra-se extremamente problemática, com um crescimento muito aquém daquele observado tanto no conjunto do Estado do Rio Grande do Sul como no Brasil.

Os dados analisados mostram convergências dos movimentos do emprego ao longo do período analisado, passando-se de um período de crise e desestruturação do mercado de trabalho a um novo período, mais recente, de recuperação econômica e de expansão do emprego. Se, em nível nacional, esse crescimento econômico tem impactado fortemente na expansão do emprego formal, o mesmo não ocorre na mesma proporção na zona sul, em Pelotas e, sobretudo, em Rio Grande.

Em parte, o menor crescimento do emprego no Estado do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e de Pelotas em relação ao Estado explica-se pelo próprio ritmo de crescimento econômico que é mais fraco. No entanto, esse argumento não se aplica à situação do município de Rio Grande que, apesar de ter tido um forte incremento do produto econômico, teve um crescimento do emprego abaixo daquele observado no município de Pelotas que cresceu muito menos.

Ainda que os dados apresentados sejam muito gerais, não permitindo avaliar especificidades regionais ou setoriais nem avaliar a qualidade do emprego que está sendo gerado, é possível concluir que o modelo de desenvolvimento adotado na região corrobora as tendências identificadas pela literatura sociológica de incremento de um desenvolvimento com baixa capacidade de gerar emprego. É verdade que podem estar sendo gerados empregos informais. Tais empregos, no entanto, estando à margem das

normas de proteção e reconhecimento jurídico, também confirmariam a tendência apontada pela literatura de precarização das relações de trabalho. Apesar dessa constatação, é preciso aprofundar a análise desses aspectos, identificando a natureza e qualidade dos empregos que estão sendo gerados, além daqueles captados pelos registros formais do Ministério do Trabalho e Emprego. De qualquer modo, um modelo de desenvolvimento alicerçado na expansão capitalista segundo a lógica do mercado, ainda que possa gerar níveis importantes de crescimento econômico, da renda e do produto, pode ter limitadíssimos efeitos sobre a expansão do emprego e sobre a distribuição desse desenvolvimento para o conjunto da população.

Se a hipótese inicial pode ser confirmada pelos dados apresentados sobre a evolução do emprego na Zona Sul, o mesmo não ocorre em relação ao conjunto do país que tem apresentado uma importante dinâmica de formalização do emprego. Neste sentido, é preciso, por um lado, aprofundar a análise sobre a dinâmica geográfica do emprego, identificando os estados e as regiões de maior crescimento do emprego e relacionando-o com o seus contextos econômicos. Por outro, é preciso aprofundar a análise sobre a qualidade dos empregos gerados, identificando a incidência dos fatores relacionados à precariedade do trabalho. De qualquer modo, a evolução do emprego no Brasil em seu conjunto indica a necessidade de levar fortemente em consideração as políticas públicas do Estado brasileiro e seu papel na dinâmica do emprego. Sem esse elemento, torna-se impossível analisar adequadamente a dinâmica virtuosa de geração de empregos nos últimos anos no país.

De qualquer forma, a elevada extensão da precariedade no mercado de trabalho de Pelotas e da região (Vargas, 2010) é um importante indicador dos limites do projeto hegemônico de desenvolvimento. As características atuais do processo de desenvolvimento capitalista baseado na globalização econômica e em modelos flexíveis de gestão e organização do trabalho, marcados por elevada produtividade e economia de trabalho, não constituem um modelo capaz de fazer frente aos desafios do mercado de trabalho da região.

Nestes termos, um debate político profundo sobre a questão do desenvolvimento da região passa necessariamente pela tentativa de identificar e fomentar outras vias de desenvolvimento econômico, alicerçadas em outras formas e relações de trabalho, reconhecendo, nesse contexto, o papel estratégico do Estado e da sociedade civil organizada na constituição de espaços públicos de análise e encaminhamento destes problemas. A politização da “questão do desenvolvimento”, entendida como a criação e o fomento de um amplo espaço público, plural e democrático, impõe-se, pois, como uma premissa central no tratamento e encaminhamento desse dilema enfrentado pela região.

10. Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.

- FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Portal na internet: www.fee.tche.br.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1991.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Portal na internet: www.mte.gov.br.
- NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. Nº 56. CEBRAP, São Paulo, 2000.
- OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris, La Découverte, 1997.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- VARGAS, Francisco E.B. *Relações sociais de classe e gênero : o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.
- VARGAS, Francisco E. B. *Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A Construção Social do Desemprego na Perspectiva de uma Sociologia das Relações Sociais*. Tese de Doutorado. Paris, 2008.
- VARGAS, Francisco E.B. *Emprego e desenvolvimento na Zona Sul do RS: os dilemas da precariedade social e do trabalho*. II Encontro Internacional de Ciências Sociais. GT 13: O Trabalho na Globalização. Pelotas, 08 a 11 de junho de 2010.